



EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: os movimentos sociais e o protagonismo das mulheres***RURAL EDUCATION AND TEACHER TRAINING: social movements and the role of women in the struggle***Lucineide Salgado Barroso¹ - UERR Sérgio Luiz Lopes² - UFRR Karla Colares Vasconcelos³ - UFRR **RESUMO**

O artigo analisou a trajetória da Educação do Campo em Roraima, apresentando o protagonismo dos Movimentos Sociais do campo e de mulheres inseridas na luta por direitos a uma educação campesina. Assim, objetivou compreender como a formação docente de educadoras do campo, os movimentos sociais e o protagonismo feminino auxiliam nos direitos da educação do campo em Roraima. A abordagem metodológica foi o materialismo histórico e dialético que analisou o comportamento do fenômeno expresso na investigação da temática. Observamos que por anos, só a elite tinha direito à educação, a grande massa ficava sem esse direito, atualmente, a luta por educação aos povos do campo faz-se necessário e é importante para se ter dignidade e melhores condições de vida nos lugares distantes dos centros urbanos. Verificamos que o engajamento das mulheres na luta possui uma trajetória histórica com as questões do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores; Educação do Campo; Movimentos Sociais; Protagonismo das mulheres.

ABSTRACT

The article analyzed the trajectory of Rural Education in Roraima, presenting the leading role of rural Social Movements and women involved in the fight for rights to rural education. Thus, it aimed to understanding how the teaching training of rural educators, social movements and female protagonism help with the rights of rural education in Roraima. The methodological approach was historical and dialectical materialism that analyzed the behavior of the phenomenon expressed in the investigation of the theme. We observed that for years only the elite had the right to education, the great mass was left without this right, currently the fight for education for rural people is necessary and important to have dignity and better living conditions in distant places of urban centers. We verified that women's engagement in the struggle has a historical trajectory with rural issues.

KEYWORDS: Teacher training; Rural education; Social movements; Women's role.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima em parceria com o Instituto Federal de Roraima. Especialista em Docência no Ensino Superior e Educação do Campo. Graduado em Pedagogia e Educação do Campo - Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: lucineide-salgado@hotmail.com

² Doutor em Educação. Professor de Licenciatura em Educação do Campo da UFRR. Professor do Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Roraima/Instituto Federal de Roraima. Líder do Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Práticas Pedagógicas e Epistemologias do Professor do Campo/ UFRR. E-mail: serlupez@yahoo.com.br

³ Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal de Roraima do curso de Educação do Campo LEDUCARR. Coordenadora UAB/UFRR. Coordenadora do PROFEI/UFRR. Editora da Revista Ensino em Perspectiva - UECE. Editora da Revista Educação, Pesquisa e Inclusão-REPI/UFRR. E-mail: karla.colaresufrr@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação do campo nasce dentro dos Movimentos Sociais, inspirados na concepção da Pedagogia da Alternância nos moldes da educação do campo francesa, que surgiu em 1935, na localidade de Serignac-Perboudou, que contou com o apoio dos movimentos sociais, como as famílias camponesas, sindicatos e a igreja. No Brasil, a educação do campo inicia na década de 1960 com os Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFAs, que têm a finalidade de focar nas atividades agropecuárias para o desenvolvimento pelas famílias de pequenos produtores rurais.

No estado de Roraima, no ano de 2004, com a oferta do Projeto de Formação de Professores para o Ensino Fundamental em Áreas de Reforma Agrária nos Estados de Roraima e Amazonas (Curso Normal Superior), por meio da Universidade Estadual do Amazonas em parceria com o INCRA, através de convênios vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) cuja permanência perdurou até 2008. Cabe destacar que no ano de 2010, foi lançado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI uma chamada pública para a formação de professores camponeses e a Universidade Federal de Roraima participou, e que em 2012 é ofertado o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEEDUCAR). Dessa forma, identificamos que a formação inicial de professores da educação do campo no estado roraimense inicia nos anos 2000, mas a sua consolidação acontece quase uma década depois.

Diante do exposto, apresentamos o nosso problema de pesquisa que se trata de: Como o processo de formação docente de educadoras do campo, os movimentos sociais e o protagonismo de mulheres auxiliam na luta pelos direitos da educação do campo no estado de Roraima? Partindo desse ponto, tivemos como objetivo da pesquisa: compreender como a formação docente de educadoras do campo, os movimentos sociais e o protagonismo feminino auxiliam nos direitos da educação do campo no Estado de Roraima.

Costa, Mota e Santana (2022, p. 3) destacam que a luta social de mulheres está embasada em campos de atuação, destacamos que no campo político, com “[...] as reivindicações e enfrentamentos provocaram movimentos em vários setores sociais” e educacionais e no campo educacional “[...] deparamo-nos com uma história de barreiras impeditivas à formação das mulheres e uma miríade de dificuldades ao longo do processo formativo”. Mesmo assim, encontramos mulheres protagonistas pela luta do direito à educação.

Este artigo faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado, abordamos sobre a educação do campo, os movimentos sociais que lutam pela Educação do Campo em Roraima, extremo Norte do país, e a presença de mulheres na luta pelos direitos dos sujeitos do campo ao acesso à educação voltada às particularidades da vida no campo, nesta, analisou-se o processo de inserção das mulheres enquanto educadoras do campo que são protagonistas na luta dos movimentos da educação do campo de Roraima.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nesta seção, dividiremos em dois aspectos teóricos que tratam sobre algumas controvérsias quando se trata da Educação do Campo e os percursos que marcaram a formação inicial da formação de professores do campo no estado de Roraima para um melhor

entendimento acerca dos termos e seus significados. Dialogamos com alguns autores que descorem: A respeito da conceituação de Educação do Campo propõe-se uma educação específica para os sujeitos que estão no campo e necessitam de um ensino que tenha a ver com a sua vida nesse contexto, provocando a emancipação política e humana dos sujeitos que receberão essa educação.

Pode-se mencionar que a Educação do Campo tem relação com as lutas sociais dos sujeitos do campo. Em sua plenitude, ela visa a uma formação humana que valoriza os sujeitos e compreende as suas realidades. Possibilita que os sujeitos estabeleçam o princípio da igualdade entre si, pois são seres humanos, e que o respeito seja recíproco entre as diversas pessoas, seja do campo, seja da cidade.

Acerca do termo Educação do Campo, define-se como “[...] resultado de lutas travadas por trabalhadores rurais e de reivindicações de movimentos sociais, que sempre reclamaram por uma educação com as especificidades do campo para si e para seus filhos” (Lima; Silva; Alves, 2021, p. 2). Isso posto, pode-se notar que o autor conceitua o termo como sendo os modos de vida dos sujeitos a partir das realidades em que vivem.

A respeito do surgimento da Educação do Campo, ela “[...] nasce da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, por direito público (público, é o certo), contrapondo-se à educação rural, oferecida pelo sistema administrativo da educação brasileira ao da história” (Borges; Ghedin, 2016, p. 13). O que se percebe é que a luta desses povos é justa e necessária, diante da falta de uma educação que os contemple enquanto trabalhadores e trabalhadoras que residem no campo.

Os sujeitos camponeses devem-se reconhecer pertencentes aos povos que habitam o campo e, acima de tudo, cidadãos brasileiros, possuidores de direitos garantidos nas normativas que regem o país. Conforme Caldart (2009, p. 150), “[...] as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, e movimentos sociais”.

Essas pessoas têm vidas próprias, acumulam experiências do seu cotidiano e agregam com as suas diferentes e múltiplas identidades. Essas identidades, algumas vezes, contribuem para a formação de uma identidade comum aos povos do campo, que os diferencia dos povos da cidade, outras vezes, são associadas à própria peculiaridade da vida no campo.

Torna-se evidente que os sujeitos do campo buscam uma educação específica para si, que dialogue com as suas diferentes realidades, dando sentido às suas especificidades e não desprezando elementos de pertencimento à vida no campo. Ressalta-se que no campo, há uma gama de diversidades socioculturais.

Arroyo (2004, p. 54) aponta que “o tratamento da Educação do Campo está mudando. É reconhecida sua especificidade. Sobretudo, se avança no reconhecimento de que surge. Outro tratamento público do direito dos povos do campo à educação”. O autor destaca o reconhecimento da educação específica aos povos do campo e defende que ela dá-se pela tensa caminhada dos movimentos sociais, para que seja colocado o campo na agenda pública.

Em linhas gerais, sabe-se que é por meio da educação que se produz conhecimentos. Ademais, quando se trata de universo camponês, é importante ter clareza de que os sujeitos têm vidas próprias, ou seja, têm conhecimentos que devem fazer parte da continuidade das suas trajetórias e dos seus modos de vida. Esse conhecimento difere-os enquanto sujeitos do campo, no movimento de uma perspectiva de educação específica para os povos do campo. Torna-se basilar ter uma educação que vá ao encontro do que esses sujeitos almejam para si. Cajaíba, Santos e Brito (2022, p. 4) advogam que “Ao pensarmos na formação de professores no

campo, inclinamo-nos à compreensão de um modelo de educação que se configura pelas lutas, anseios, organização social e política de seus sujeitos.”. E, para isso, a formação docente do campo junto com as conquistas da luta de classe fazem o contraponto para o acesso de qualidade da educação do campo no Brasil.

Nas vivências dos educadores camponeses, encontramos narrativas que apresentam a realidade das escolas do campo nas mais diversas experiências. “[...] Ela reunia sua extensa turma e conduzia-os para uma área arborizada em que aproveitava o ar fresco e a própria natureza para expor os mais variados conteúdos” (Nepomuceno, Viera e Brandenburg, 2022, p. 8). A narrativa apresenta que a educação do campo como espaço destinado a vivenciar e experienciar o cotidiano camponês. Dessa forma, colaboramos com Arroyo (2012, p. 360) que deve haver uma política de formação de professores do campo em parceria com os movimentos sociais, pois “[...] são autores está sendo um processo que obriga a repensar e redefinir a relação entre o Estado, as suas instituições e os movimentos sociais”. Complementamos essa ideia com o pensamento de Libâneo (2004) que discorre sobre a condição para a aprendizagem permanente para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores.

Dentre os aspectos de formação docente na atuação da Educação do Campo Cajaíba, Santos e Brito (2022, p. 4) colaboram para que a formação docente seja “[...] seja voltada para a história e para a cultura desse povo, valorizando a identidade camponesa, promovendo o conhecimento e dialogando com seus saberes e experiências.” Assim, a Educação do Campo precisa de educadores que valorizem e vivenciem as práticas educativas voltadas para a comunidade e que atendem à demanda local e social dos moradores e sua cultura e modo de vida, em que é necessária para corroborar o processo de ensino de qualidade dos povos do campo.

Historicamente, encontramos o professor na contramão da sociedade, conforme Charlot (2013) considera que o professor é hoje um “profissional da contradição”, ao passo que está inserido num sistema que exige dele uma postura, mas não oferece condições para que desenvolva tal exigência. Assim, a formação de educadores do campo é uma reivindicação dos movimentos sociais do campo que buscam a garantia à educação de equidade dos povos camponeses. Assim, como princípio da Educação do Campo, o “[...] desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo” (Brasil, 2010, art. 2º).

Na Educação do Campo, a formação docente apresenta características próprias da Pedagogia freiriana e, dessa forma, Cajaíba, Santos e Brito (2022) apresentam a concepção de educação emancipatória e libertadora, pois assim como educador e educando são os protagonistas da aprendizagem, Delmiro, Nascimento e Ferreira (2022, p. 7) discorrem que “[...] orienta seus alunos a serem protagonistas, possibilitando-lhes participação e reflexão sobre suas escolhas”. Assim, a formação docente da Educação do Campo deve estar ancorada num processo em que se compreenda o contexto, subsidiada por enfoques teóricos e metodológicos para essa perspectiva e que proporcione autonomia de seu educando como ser social, político, acadêmico e que vivencie o mundo da militância nos movimentos sociais.

Movimentos sociais de luta por Educação do Campo de Roraima: uma trajetória real

Na seção a seguir, sistematizaremos a trajetória dos movimentos de luta pela Educação do Campo em Roraima, sendo eles: a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e

Agricultoras Familiares do Estado de Roraima - FETRAFERR; o Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima- FOEEC-RR; a Comissão Pastoral da Terra- CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. Pretende-se que a sociedade tenha acesso ao conhecimento científico acerca do papel desses movimentos sociais na conjuntura atual do estado de Roraima, assim como da importância deles para os sujeitos do campo, visto que desempenham uma função de suma importância para a dinâmica da Educação do Campo. Sendo eles: (FETRAFERR, FOEEC-RR, CPT e MST). Em seguida, faremos uma breve sistematização sobre cada um deles.

A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Roraima- FETRAFERR

A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Roraima - FETRAFERR é o movimento sindical rural que começou a mobilizar-se para articular a construção das entidades e dos movimentos no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, principalmente no sudeste do estado. Com o apoio da CPT do estado do Amazonas, nasceu a FETAG-RR que, na atualidade, possui outras nomenclaturas, como FETRAFERR, MMC e CPT local. Porém, somente nos anos 2000 foi efetivada a criação da FETAG (Cardoso, 2009).

No tocante à articulação dos movimentos sindicais de Roraima para a criação das entidades e dos movimentos no estado, foi de suma importância o fortalecimento da luta em prol dos direitos dos povos do campo. Cardoso (2009, p. 123) afirma que “a FETAG tem sua base territorial estendida a praticamente todo o estado de Roraima”.

Ainda conforme Cardoso (2009, p. 124), “[...] a Federação é formada por doze STRs e atende a um conjunto de 38 mil famílias. Porém, segundo seu presidente, cada sindicato tem em média 2.000 mil filiados”. Nota-se a articulação da Federação estadual para organizar os trabalhadores do campo, a fim de que lutem de forma coletiva pelos seus direitos como população que vive no campo de Roraima.

Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima - FOEEC-RR

O Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima - FOEEC-RR foi criado em maio de 2015, através do convite da FETAG-RR a movimentos, a organizações sociais e sindicais do campo, aos grupos acadêmicos das universidades Federal e Estadual de Roraima e a professores e estudantes da Educação do Campo para que realizassem um estudo sobre a realidade do campo e a educação nesse contexto no Brasil e em Roraima, principalmente. O referido encontro ainda contou com a presença de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do INCRA, da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Agricultura Pecuária e Abastecimento. Juntos, esses sujeitos criaram o referido Fórum (Carta de criação do Fórum Estadual de Educação do Campo, 2015).

Ressalta-se que a criação do FOEEC-RR pelos sujeitos do campo e ligados ao campo de Roraima demonstra a organização dos envolvidos, que buscam fazer luta e resistência frente aos descasos referentes à Educação do Campo no contexto local, mas também em nível de Brasil. A partir disso, inicia-se a luta organizada em defesa dos direitos da população do campo de Roraima.

Em uma perspectiva articuladora, a Carta de Criação do FOEEC-RR (2015) aponta: “O FOEEC-RR caracteriza-se, antes de tudo, como uma articulação dos sujeitos sociais coletivos

que compõem, pautado pelos princípios da autonomia em relação ao Estado configurando em qualquer uma que seja de suas partes [...]”. Nesse cenário, os sujeitos organizados por meio do Fórum buscam fazer com que, na luta em prol do campo, seja preservada a sua autonomia na tomada de decisão.

Além disso, os objetivos presentes na Carta de Criação do FOEEC-RR (2015) são: o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca da Políticas Públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à elaboração, proposição, implantação e consolidação de Políticas Públicas de Educação do Campo, especialmente a Política Estadual.

Sendo assim, observa-se que o FOEEC-RR busca, na sua plenitude, implementar uma política de Educação do Campo que seja pautada na realidade desse contexto, posto que, como pode ser observado, o ensino das escolas do campo foge da realidade do modo de vida no campo de Roraima, especificamente. Ouve-se com frequência, nos relatos dos professores do campo, que os materiais didáticos pedagógicos utilizados nas escolas do campo não têm nada a ver com o contexto da realidade local.

Dentre as ações de luta pela Educação do Campo, o FOEEC-RR, juntamente com as entidades que o compõem, reivindicam do governo de Roraima, através da secretaria de educação, que seja dada a devida atenção para a questão da Educação do Campo, no que diz respeito à melhoria na estrutura das escolas, já que muitas se encontram em condições precárias no que tange à estrutura física. Além disso, exigem que, nos processos seletivos e nos concursos públicos para a educação, sejam inseridos profissionais formados na Educação do Campo, nas áreas das ciências humanas e sociais e ciências da natureza e matemática do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima.

Uma vez que Roraima possui profissionais formados na perspectiva da Educação do Campo pela UFRR, é possível que as escolas sejam constituídas por sujeitos que conheçam essa realidade. Dessa forma, realiza-se o que almejam os movimentos sociais do campo: uma educação que valorize os conhecimentos e a realidade dos sujeitos pertencentes a esse contexto.

Nos seminários e eventos realizados pelo FOEEC e pelas entidades que o compõem, discutem-se questões pertinentes às problemáticas que afetam diretamente a Educação do Campo no estado de Roraima. Elas são inúmeras, por exemplo: precariedade das condições das estruturas físicas das escolas do campo, falta recorrente de transporte escolar para a locomoção dos alunos das áreas rurais até as escolas das diversas localidades de Roraima, falta constante de merenda escolar de qualidade, dentre outras que afetam a vida das populações do campo.

Vale ressaltar, ainda, que os sujeitos que compõem o FOEEC-RR relatam que gostariam muito de ser mais atuantes na luta e estar com frequência nas diversas localidades do campo de Roraima, porém, enfrentam problemas na questão da logística e dos recursos financeiros para fazerem uma articulação mais fortalecida nas bases. Eles fazem o que está ao alcance e dentro das possibilidades de recursos disponíveis.

Destaca-se que Roraima é um estado com localidades de difícil acesso e, por isso, requer certa estrutura logística e financeira. Para se fazer um trabalho de base com eficácia, as problemáticas da Educação do Campo necessitam de um processo de resistência e luta dos movimentos sociais do campo. No dia 16 de janeiro de 2023 foi assinada a Lei Nº 1771/2023 que garante aos egressos da LEDUCARR participarem dos concursos públicos de professores da Educação do Campo no Estado de Roraima. Podemos enfatizar que a luta do FOEEC-RR em parceria com a Universidade Federal de Roraima e representantes políticos apoiaram na caminhada da criação da Lei.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A Comissão Pastoral da Terra CPT foi criada em 1975 e, desde então, depara-se com a realidade de conflitos contra os trabalhadores e as trabalhadoras da terra, termo que compreende os diferentes povos, como: camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem no meio rural e, através da utilização da terra e da água, tiram sua sobrevivência e têm sua dignidade. Ressalta-se, também, que, desde a sua criação, a comissão faz um levantamento de dados sobre as lutas e as resistências pela terra, pela defesa e pela conquista de direitos, denunciando, também, a violência sofrida contra esses povos, por variados meios, inclusive, por meio do seu boletim (Aldighieri, 2015).

A CPT tem o propósito de se organizar para reivindicar os direitos dos povos da terra que se encontram desamparados pelo poder público. Nessa caminhada, alguns desafios foram assumidos durante a primeira assembleia, que aconteceu em meados de 1977 (Gallazzi, 2016).

Ademais, o que se pode constatar é que a CPT é uma entidade de grande relevância para a vida dos povos do campo, devido à importância dos trabalhos que são feitos por ela. A sua atuação alcança aqueles que defendem as injustiças cometidas contra os menos favorecidos deste país.

Dessa forma de organização em defesa dos menos favorecidos, a CPT, conforme destaca Gallazzi (2016, p. 155), “sentiu a urgência de contribuir para a articulação das comunidades camponesas de modo a fortalecer seu protagonismo, numa luta pela vida e pela dignidade. A luta na terra e pela terra era única, verdadeira e estável garantia de uma vida digna”. Dentro dessa problemática, percebe-se que a CPT, ao longo das décadas, tem lutado em favor dos povos do campo, almejando a garantia de direitos e a correção de injustiças e destacando a importância de elevar o protagonismo desses povos em prol das suas lutas, na busca de melhores condições de vida. Sendo que jazem vivas e latentes na atualidade.

Em Roraima, a CPT continua firme na defesa dos povos do campo. Cardoso (2009, p. 127) apresenta que “Como entidade com sede no estado de Roraima, a CPT se constituiu em 1995, quando foi realizada sua Assembleia estadual e eleita sua primeira coordenação”. Nesse contexto, observa-se que a entidade já possui mais de três décadas de luta em Roraima, junto aos povos que vivem no campo, fazendo história nos processos de luta. Dentre as várias atuações destacamos, está a organização do caderno de conflitos, com o qual a entidade faz um trabalho de base que consiste na sistematização dos conflitos que ocorrem no campo roraimense.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

É um movimento que possui visibilidade e empoderamento admiráveis no Brasil e no exterior, pois ele tem como um de seus encaminhamentos de pauta a politização de seus membros. Esse empoderamento teórico e prático é peculiar ao movimento, proporcionando que as lutas tenham direcionamentos pautados em dados científicos sobre suas pautas de reivindicação.

Com o avanço do capitalismo no campo, a ampliação dos latifúndios e a expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, várias lutas começaram a aparecer no país nos anos de 1960 e início dos anos 1970, pelo acesso à terra e por democracia. Com a mobilização da sociedade brasileira em torno da pauta por democracia e, de fato, com a participação dos trabalhadores rurais, sem-terra, camponeses, agricultores familiares, dentre outros, a bandeira

da reforma agrária foi inserida. Como consequência, o início da democratização e o estabelecimento da Constituição de 1988 foram atos de grande relevância para o povo brasileiro, que reivindicava o fim da ditadura e a democratização do país e pôde colocar na Constituição Federal sua visão de mundo (Cardoso, 2009).

Ademais, o autor supracitado segue defendendo que os movimentos sociais, a princípio, reivindicavam do Estado um posicionamento frente à reforma agrária. Como o poder executivo estava repleto de representantes dos setores conservadores, várias ações eram menosprezadas e os movimentos sociais, desmoralizados, ficando a luta pela reforma agrária limitada ao meio rural e acabando a visibilidade da luta nas cidades.

Ante a realidade que não condizia com os anseios da maioria da população brasileira, no que diz respeito à democratização do acesso à terra e à continuidade da violência no campo, surgiram, no final da ditadura militar, movimentos sociais, inclusive, o MST, nascido em meados dos anos 1980. Na ocasião, esse movimento estabelecia um contraponto aos que acreditavam que a reforma agrária não era mais importante. Assim, o movimento desconstrói essa narrativa.

Em Roraima, o MST data de 2006, trazendo consigo um modelo nacional de organização. Não são constituídas todas as instâncias do movimento devido ao número reduzido de pessoas que compõem a sua base de apoio. A instalação do movimento no estado deu-se pela decisão da coordenação nacional e foi patrocinada pela coordenação do estado de Pernambuco. Assim, aparece como forma de se contrapor ao avanço do agronegócio aderido pelo governo estadual.

No tocante às lutas do MST no estado roraimense, intensificaram-se em meados de 2016. O movimento chegou ao estado e passou a marcar presença constante nas suas próprias lutas e dando apoio a outros movimentos, por exemplo, ao FOEEC-RR, na luta pela Educação do Campo.

No contexto da luta por educação, vejamos o que explicitam os autores Baldi e Orso (2013, p. 280): “[...] o MST diferencia-se historicamente de outros movimentos camponeses, até o momento existente, fundamentalmente pela importância que atribui à educação, colocando-a de igual para igual com a luta pela reforma agrária e as demais reivindicações”. A educação é colocada na pauta de reivindicações do MST como sendo de grande importância e fundamental para o processo de transformação social dos sujeitos que o compõem, tanto no contexto formal como no informal de suas realidades.

Ademais, percebe-se, com base nesses autores, que o MST busca uma educação que seja vinculada aos conhecimentos científicos e empíricos dos sujeitos e que os empodere para que possam ter visão crítica das realidades vividas nos acampamentos, nos assentamentos, nas comunidades de origem dos sujeitos do campo.

Diante desse cenário, percebe-se que as lutas dos movimentos sociais por uma Educação do Campo vão ao encontro das perspectivas e anseios dos sujeitos do campo. Conforme Vasconcelos, Santana e Boldrini (2021, p. 395 e 396): “[...] O homem do campo deve se unir para que as práticas educativas camponesas sejam destinadas para as necessidades da comunidade local, onde seus direitos e deveres sejam mantidos e preservados”.

Nota-se que são coerentes tais expectativas dos sujeitos do campo em lutarem por uma Educação que preserve seus valores na condição de pessoas que têm realidades específicas e desejam que suas trajetórias de vida sejam respeitadas enquanto homem e mulher do campo. Para a compreensão da análise da relação dos movimentos sociais com a Educação do Campo, percebe-se que a pretensão é mudar a realidade dos sujeitos a partir dos próprios sujeitos, através de sua formação acadêmica, atendendo seus anseios e expectativas, tendo como

caminho o diálogo com os cursos de formação para os sujeitos do campo.

No que diz respeito à organização dos camponeses, pode-se afirmar que é algo costumeiro, em função da falta de infraestruturas como escola, posto de saúde, entre outras estruturas básicas e necessárias para qualquer ser humano. Essas estruturas são essenciais para que se possa ter acesso básico aos direitos do cidadão, como rege a Constituição de 1988, a qual assegura que o ser humano deveria, em tese, ter acesso a esses direitos, sem ter que lutar.

É sabido que o MST é o movimento que luta pela Educação do Campo, já que os sujeitos pertencentes precisam de formação, não qualquer formação, mas daquela que valorize o cidadão do campo.

Portanto, a luta por formação específica para o campo é fundamental para que as demandas possam ser concretizadas e os sujeitos do campo possam ter seus direitos assegurados. Sobre esta perspectiva, propomo-nos a sistematizar as lutas dos movimentos por Educação do Campo em Roraima, ressaltando o protagonismo das mulheres nesse contexto de luta e observando a importância daquelas que lutam nos movimentos sociais do estado.

O processo de inserção das mulheres nos movimentos

Para a realização deste trabalho, escolhemos a abordagem metodológica que possibilita uma análise apropriada do comportamento do fenômeno expresso na investigação da temática, o materialismo histórico e dialético. Buscamos, assim, entender e registrar cientificamente a realidade concreta a partir do desdobramento e da compreensão do fenômeno investigado.

Ademais, para o desenvolvimento do trabalho, optamos pela pesquisa de campo, na qual, de acordo com Severino (2007, p. 123), “o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem”. Dessa forma, o/a pesquisador/a desloca-se até o local de vivência do/a pesquisado/a, a fim de colocar em prática a etapa da pesquisa.

E, para verificarmos como se deu o processo de inserção das mulheres nos movimentos sociais do campo de Roraima, perguntamos a cada uma delas: Em que momento sentiu necessidade de participar da luta? Pode descrever? Diante das referidas perguntas, obtivemos as seguintes respostas.

Com base nas respostas das mulheres entrevistadas na pesquisa, podemos observar a contextualização com a categoria luta de classe do Materialismo Histórico Dialético - MHD. Nessa perspectiva, analisamos o sentido da luta de classe no processo de inserção das respondentes do estudo.

Ao analisarmos as falas de RA, RB, RC, RD e RE, notamos que, quando elas se envolvem nos movimentos e passam a fazer parte da luta, despertam para o sentido da necessidade de lutar por direitos, pois passam a ter consciência de que é preciso mudar a realidade, visto que, para que essa mudança aconteça, tem de haver luta. Entender o conceito de luta de classe é fundamental para o processo de transformação da realidade em que estão inseridas.

Nesse contexto, é preciso compreender primeiramente o significado do termo classe. A esse respeito, Japiassu e Marcondes (1990, p. 51) afirmam que é “um conjunto de seres, de objetos ou fatos, em número indeterminado, todos possuindo certas características comuns”. Portanto, percebe-se que as mulheres entrevistadas têm conhecimento de que pertencem a uma classe social, a qual, nesse contexto, é a classe trabalhadora, e de que, como membro de uma classe, precisam lutar pela transformação de sua realidade e da de seus pares.

Sobre a definição do termo classe, Wood (2011, p. 78) aponta: “[...] como relação e

processo enfatiza que relações objetivas com os meios de produção são significativas porque estabelecem antagonismo e geram conflitos e lutas; que esses conflitos e lutas formam a experiência social”. Logo, os conflitos gerados entre as classes evidenciam a necessidade das lutas das classes.

Wood (2011, p. 89) explicita ainda que: “Classe [...] implica uma ligação que se estende além do processo imediato de produção e de apropriação. As ligações e oposições contidas no processo de produção são a base da classe”.

Podemos afirmar que as experiências resultantes do processo de exploração de uma classe pela outra geram os conflitos que definem as classes e, conseqüentemente, a divisão dos interesses de cada uma. Percebe-se claramente que as mulheres entrevistadas reconhecem o significado do termo luta de classe, que é explicitamente compreendido por elas. A respeito desse conceito, Japiassu e Marcondes (1990, p. 51) evidenciam: “Luta de classe: para o marxismo, é o conflito entre a classe operária e a classe burguesa”. Entre essas duas classes sociais, existem os conflitos, pois a classe burguesa detém os meios de produção que oprimem e exploram os membros da classe trabalhadora, ou seja, a classe operária.

Acerca da luta de classe, Wood (2011, p. 78) aponta: “A luta de classes, portanto, precede classe, tanto no sentido de que formações de classe pressupõem uma experiência de conflito e de luta que surge das relações de produção”. Mesmo os sujeitos de determinada classe que não têm conhecimento do real sentido da luta de classe já estão inseridos no processo de luta, visto que já vivenciaram as experiências dos conflitos resultantes do processo das relações de produção da classe do qual o sujeito faz parte.

No caso da referida pesquisa, podemos averiguar que as mulheres entrevistadas têm plena consciência acerca da classe a que pertencem e do significado da luta da classe em que estão inseridas, embora a respondente RA tenha afirmado que no início da inserção no movimento de luta não entendia muito bem o que era a luta:

[...] A princípio não entendia o que era a luta (RA).

À medida que ia participando das experiências das lutas no movimento foi entendendo a natureza do significado da luta da classe da qual faz parte. A respondente RB ressaltou que durante sua formação acadêmica começou a questionar-se acerca das questões sociais presentes na sociedade, assim como da luta de classe, conforme expressa:

[...] quando eu era estudante universitária [...] eu senti essa necessidade de lutar por melhoria [...], você começa a se questionar também sobre suas necessidades, sobre o contexto social, político mundial e a luta de classe (RB).

Assim, destacamos que a formação docente na Educação do Campo é “[...] é fundamental uma formação docente pautada na reflexão e na prática educativo-crítica” (Cajaíba; Santos; Brito, 2022, p. 6).

Diante das falas de RA e de RB, podemos verificar que, ao vivenciarem as realidades do cotidiano peculiar típico dos conflitos presentes no meio em que estão inseridas, ora na academia que trabalha diretamente com a formação de educadores do campo, ora no movimento, despertam em si o entendimento do significado dos termos classe e luta de classe, já que passam a se ver no processo. Dessa forma, despertam em si a consciência da classe a qual pertencem.

Nesse processo, podemos observar que, para haver conhecimento do significado do termo consciência de classe por parte dos sujeitos de uma classe, é preciso que tomem conhecimento da sua realidade por meio das vivências do cotidiano dos conhecimentos empíricos e do conhecimento acadêmico/científico. A respeito do termo consciência de classe, Euzébio Filho (2010, p. 36) salienta que em “a consciência de classe, o sujeito se apropria de algo da realidade acontecida anteriormente resultante da ação consciente”. Ou seja, é necessário que o sujeito tenha o conhecimento prévio de algo da realidade, tornando-se um ser consciente sobre o meio ao qual pertence e, dessa forma, interferindo na sua realidade.

Dentro desse contexto, vejamos a colocação de Gallazzi (2006, p. 18): “O processo de desenvolvimento da consciência de classe como um produto social e determinado pelas relações sociais de produção estabelecidas”.

No intuito de entender mais detalhadamente como foi que se deu esse processo de inserção das mulheres nos movimentos e na formação docente, perguntamos se elas foram convidadas por alguém e se poderiam contar a respeito. As respostas foram:

Conforme as falas das entrevistadas, RA e RD foram convidadas por pessoas dos movimentos a participar e, conseqüentemente, das lutas destes, quando dizem:

[...] Fui convidada, em primeiro lugar, para participar das primeiras reuniões pela CPT, dos primeiros movimentos, dos primeiros encontros e, pela primeira vez, de um encontro nacional pela CPT. Depois fui convidada diretamente pelo diretor da FETAG, que hoje é FETRAFE-RR, para assumir a pasta de Políticas Sociais e Formação, que desenvolve diretamente a função de formação sindical e direitos sociais (RA).

[...] fui convidada pelo padre Luiz Carlinho, que era o pároco da minha igreja em Laranjal do Jari, no interior do Amapá, que era uma região de muita pobreza de muita violência em função dos garimpos também. Então, os jovens da Pastoral da Juventude de lá tiveram um papel muito importante de formação e o padre Luiz, que acompanhava a gente, teve essa importância na minha vida de militante e, ao longo de toda a minha trajetória, ele sempre foi meu conselheiro, meu diretor espiritual. Sempre foi um grande amigo que eu pude contar para me aconselhar e sempre me aconselhou a estar na militância sempre. Ele morreu esse ano de covid. Foi muito triste, mas ele foi muito importante [a entrevistada se emocionou ao falar sobre o padre que a incentivou (RD)].

No entanto, RB ressaltou que o processo de inserção dela deu-se durante a graduação no ensino superior:

[...] Comecei a me questionar sobre o contexto social, político, local e mundial, a ter uma análise mais crítica da sociedade (RB).

Já a respondente RC relatou ainda que mataram seu esposo em função da luta no movimento sindical do campo, ao dizer que:

[...] A iniciativa foi nossa mesmo, minha e do meu esposo. [...] Inclusive em 98 mataram ele por motivo do movimento sindical do estado”.

RE aborda o seguinte:

[...] não fui convidada por ninguém em termos, porque eu fui pra poder dá a oportunidade da minha mãe ter um pedaço de terra dela. Dela ter a casa dela [...] com o passar do tempo eu fui me inserindo na luta, nas lutas do movimento, nas pautas e cada vez mais aquilo ia me atraindo, então eu fui me inserindo de fato, foi por conta própria (RE).

Ademais, observa-se que inicialmente o processo de inserção das mulheres nos movimentos sociais deu-se à medida que elas passaram a ter conhecimento da realidade em que estão inseridas, das suas experiências enquanto sujeitos conscientes de seu papel na sociedade e das suas lutas, ou seja, despertam em si a consciência de classe, percebendo que a luta por transformação da realidade requer a luta da classe a que pertencem. Nesse contexto, passam a verem-se enquanto sujeitos do processo de luta, ou melhor, como mulheres emancipadas sobre seus direitos e deveres na sociedade.

Ao perguntarmos para as entrevistadas se houve resistência entre os amigos pela decisão de elas participarem dos movimentos, elas responderam e notamos, que a maioria das mulheres entrevistadas, ou seja, três delas, relatou que no início houve resistência de amigos pela participação nos movimentos sociais, conforme se constata nas falas de RA, RB e RE, quando relatam:

Sim, [...] senti muita resistência. [...] Até hoje sinto essa resistência de pessoas e mesmo dos amigos (RA).

Sim, desde a época da universidade existia resistência. Eu era casada na época, então meu ex-marido não gostava que eu participasse, né, dos movimentos, mesmo eu questionando e falando com ele que tinha que ir buscar melhorias não só para Universidade, mas para a sociedade como um todo. [...]. Por que a sociedade é desse jeito? Por que ela tem uma desigualdade social tão grande? Por que o Brasil, que é um país tão rico, né, é um país tão desigual? E a gente que é pobre sofre na pele. A gente sabe disso, então, isso me motivava a questionar, inclusive, quem discordava de mim, fosse familiar ou não. Então, existia essa resistência (RB).

Sim, [...] muitas pessoas marginalizam a nossa luta, né? dizem que é pessoas desocupadas, vagabundos, então, essas pessoas. Por muito tempo eu fiquei em crise, né? por isso, porque não acreditavam que eu ia deixar pessoas pelo movimento ou deixar o movimento por pessoas. Até o meu esposo, que eu tive há um tempo, ele colocou para eu escolher ou movimento ou eu. Eu coloquei o seguinte fato: eu já conheci você dentro do movimento, então, é uma coisa que tá dentro de mim, a luta. Desde ali, quando eu vivia no assentamento com meu avô até agora, né? Então já deixei pessoas e desse tipo de pessoas, às vezes, eu acabo me afastando porque não faz bem pra gente, né? A gente já é marginalizado por toda uma sociedade e ainda ter pessoas próximas da gente, [...] dificultando nossa permanência (RE).

Nesse sentido, RA ressalta que ainda nos dias de hoje existe resistência de pessoas e amigos quanto à participação dela nos movimentos. Já RB relata que durante seu processo de formação acadêmica, quando começou a questionar-se sobre os problemas peculiares de desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira, percebeu resistência por parte do marido e de familiares, mas não aceitou tais resistências e continuou na luta. RE deixa claro que não aceita as resistências de pessoas sobre sua decisão de participar dos movimentos:

[...] muitas pessoas marginalizam a nossa luta, né? dizem que é pessoas desocupadas, vagabundos, então [...]. Por muito tempo eu fiquei em crise (RE).

A fala de RE mostra a luta e a perseverança por parte dela, que deixa claro que não se intimida perante as críticas que recebe na sua trajetória nos movimentos, visto que, conforme relatou, possui raiz histórica camponesa. Acredita-se que esse fato dá-lhe força para superar os obstáculos postos por pessoas, pois percebe-se dentro do contexto dos problemas que vive no campo.

Não. Existiu uma resistência, assim, depois que ele faleceu, né? porque como eu era vice, algumas pessoas não aceitavam que eu fosse pra frente do sindicato por motivo de ser mulher (RC).

Não, pelo contrário. Sempre os meus amigos, e fui fazendo amigos dentro dos movimentos sociais, sempre deram muito apoio, [...] e hoje, como mãe de família, meu marido e meu filho e meus amigos sempre me apoiam incentivam (RD).

RC e RD ressaltaram que não houve resistência de amigos pela participação delas nos movimentos. Um fato que nos chama a atenção na fala de RC é quando aborda que houve resistência por parte de integrantes do movimento, quando ela assumiu o cargo de presidente do movimento sindical após a morte do marido, por ela ser vice-presidente. Essa resistência deu-se pelo fato de ser mulher e de estar à frente do movimento como liderança feminina. Nota-se que RD sempre teve apoio dos amigos na sua trajetória de luta nos movimentos. Ela ressalta claramente que, na atualidade, a família que ela constituiu apoia fortemente suas ações de lutas, o que é louvável e positivo para essa mulher que luta em prol de direitos do povo camponês.

Ao observarmos todas as cinco mulheres entrevistadas, percebemos que cada uma tem uma forma específica de inserção nos movimentos do campo de Roraima, mas o que as une é o desejo de mudar a realidade das pessoas que vivem no campo. Elas almejam, em sua plenitude, que os sujeitos do campo tenham melhores condições de vida no campo, com a garantia de direitos enquanto seres humanos.

Para sabermos se as entrevistadas da pesquisa tiveram apoio de suas famílias no que tange à participação delas nos movimentos, perguntamos: Você teve apoio da família? Como resultado, obtivemos as seguintes respostas:

No início, sim. Depois foi dificultando. Porque teve um momento que foi muito acirrado, então, a gente tinha que deixar muitas coisas. Que era local, era familiar, do núcleo familiar. Muitas vezes, a gente tem que partir com o

coração partido e dividido, mas a gente pensa que algo é maior que pode melhorar a vida da sociedade e melhorar também com isso a vida da minha família (RA).

Tive no início uma certa resistência, quando eu entrei na CPT, da minha irmã que questionou, né, tu sabes como é que é esse povo que luta pela terra, a questão dos assassinatos. Porque é uma questão muito visível e forte em todo o país, então ela ficou com esse receio. [...] Eu vim ver as questões da disputa pela terra, os conflitos, as pessoas sofrendo, e eu passar por aquilo sem sentir nada, sem não se indignar, sem sentir raiva [...]. Então, depois eu comecei a ter apoio da minha família, da minha mãe, principalmente, porque a minha mãe vem de uma área indígena. Vem de uma luta (RB).

Sim, todo tempo (RC).

Sempre tive muito apoio da minha família (RD).

A princípio, sim. [...], quando eu estava na terra ocupando, assim para minha mãe, eu tive muito apoio da minha família, mas quando eles perceberam que aquilo ia ser pro resto da vida, eles começaram a retroceder, sabe? dizer assim: não, tu tem que estudar. Tudo bem estudar, isso não é vida pra ninguém. Isso é coisa de gente que não tem o que fazer. Depois, com o tempo que eu já estava inserida organicamente dentro do movimento sem-terra, isso começou a ser malvisto pela minha família. Então, eu disse: não. É a minha vida. Eu me sustento sozinha. Eu não preciso de ninguém, então, eu decido (RE).

RA, RB e RE destacam que, no início, tiveram apoio de suas famílias, ao começarem a lutar nos movimentos, mas, posteriormente, enfrentaram resistência. A fala de RE mostra seu posicionamento firme com relação à resistência da família em aceitar sua decisão de estar na luta. Fica evidente o empoderamento firme na fala da referida entrevistada. As respondentes RC e RD ressaltaram que sempre tiveram apoio de suas famílias na decisão de participarem dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à atuação das mulheres dos movimentos sociais do campo que lutam pela Educação do Campo em Roraima, verificamos o engajamento delas na luta e possuem uma trajetória histórica com as questões do campo, principalmente por fazerem parte do contexto, já que têm raízes históricas camponesas e conhecerem por sentirem na própria pele a necessidade e importância dessa educação específica, que é destinada aos povos camponeses.

Percebemos que as mulheres entrevistadas na pesquisa são protagonistas das suas histórias e vivências nos movimentos de luta e de resistência. Além, de serem mulheres empoderadas que sabidamente conhecem bem os caminhos no tocante à garantia dos direitos das populações que vivem no meio rural, e não medem esforços na busca incessante de transformações que garantam melhores condições de vida e bem-estar humano para as populações do campo, mesmo diante das dificuldades individuais e coletivas. O objetivo da pesquisa foi atingido, visto que conseguimos compreender como a formação docente de

educadores do campo e os movimentos sociais, o protagonismo feminino auxilia pelos direitos da educação do campo no Estado de Roraima.

Por fim, a pesquisa ajudou-nos a identificar os desafios e a compreender as ações das mulheres lideranças do campo na atualidade no estado de Roraima, permitindo-nos pormenorizar os obstáculos vividos no cotidiano das lideranças que visivelmente estão além de apoio institucional para que suas lutas ganhem maior volume e possam surtir os efeitos que estas mulheres tanto buscam junto as suas comunidades, que é a valorização dos atores do campo para que estes resgatem a dignidade, lutem por direitos e tenham orgulho de serem homens e mulheres do campo na sociedade roraimense.

REFERÊNCIAS

ALDIGHERI, Mário. **Conflitos no campo Brasil 30 anos**. Comissão Pastoral da Terra. Caderno de Conflitos 2014, Goiânia: CPT, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por um Tratamento Público da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. n. 5, p. 54-62. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo).

ARROYO, Miguel Gonzalez. Formação de educadores do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

BALDI, Fabiana; ORSO, Paulino José. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-terra-MST - Educação em Movimento. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 50, maio 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640308> . Acesso em: 28 ago. 2023.

BORGES, Heloisa da Silva; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Fundamentos Filosóficos à Educação do Campo**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 13-67.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a **Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

CAJAIBA, Jaqueline Braga Moraes; SANTOS, Arlete Ramos dos; BRITO, Valéria Souza Lima. Formação docente do/no campo: protagonismo do Programa Formação de Professores do Campo (Formacampo). **Educ. Form.**, Fortaleza, v. 7, e8075, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8075>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CARDOSO, Carlos Alberto de Sousa. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos de Roraima.** 2009. 257f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

CARTA de Criação do Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima-FOEEC-RR. 2015.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** 1. Ed. –São Paulo: Cortez, 2013. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/Coordenação Selma Garrido Pimenta).

COSTA, Francisco Joel Magalhães; MOTA, Bruna Germana Nunes; SANTANA, Rogério Santana. História das mulheres: formação docente, lutas e conquistas. **Educ. Form.**, Fortaleza, v. 7, e8015, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8015>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DELMIRO, Valney da Silva; NASCIMENTO, Talita Moreira do; FERREIRA, Tássia Fernandes. Trajetórias de duas professoras pedagogas: formação e prática docente. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 3, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/revpi/article/view/7363>. Acesso em: 28 ago. 2023.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. **Sujeito e consciência: entre a alienação e a emancipação.** 2010. 380 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://repositorio.sis.puccampinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15669>. Acesso em: 28 ago. 2023.

FURTADO, Rafael Alencar. **Espaço Marx da UFPR e a contribuição a formação da consciência de classe trabalhadora.** 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/M06_furtado.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

GALLAZZI, Sandro. A Fidelidade da CPT. *In*: Comissão Nacional de Formação da CPT (Org.). **CPT: 40 Anos de Fé, Rebeldia e Esperança.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** Editor. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1990.

LIBÂNIO, José Carlos. As políticas de formação de professores no contexto da reforma universitária: das políticas educativas para as políticas da educação. **Revista Profissão Docente, Uberaba**, v. 4, n. 12, p. 33-55, 2004. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/90>. Acesso em: 25 ago. 2023.

LIMA, Ketúcia Mirlene Duarte de; SILVA, Jefferson Eduardo da; ALVES, Sandra Maria Campos. **Pedagogia da Terra: uma concepção omnilateral de formação humana e profissional.**

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, Boa Vista, v. 2, Edição temática - Formação, narrativas e alternativas pedagógicas inclusivas, 2021. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/repi/article/view/e20214>. Acesso em: 25 ago. 2023.

NEPOMUCENO, Sara do Nascimento; VIEIRA, Elton Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine. Trajetória da educadora Quixadaense Maria Verônica. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 3, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/repi/article/view/7529>. Acesso em: 25 ago. 2023.

RORAIMA. Lei Ordinária nº 1.771, de 16 de janeiro de 2023. Altera dispositivos na Lei nº 892, de 25 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o **Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCREB)**, e dá outras providências. Diário Oficial de Roraima, Boa Vista, RR, 16 jan. 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Karla Colares; SANTANA, José Rogério; BOLDRINI, Bianca Máira de Paiva Ottoni. História, Memória, Práticas Educativas e Educação do Campo. In: LOPES, Sérgio Luiz (Org.). **Educação do Campo: da teoria a práxis**. Natal: Caule de Papiro, 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

| Submetido em: 26/01/2024

| Aprovado em: 21/03/2024

| Publicado em: 20/06/2024